Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR TERMO DE REFERÊNCIA 5/2023-DE/DMP

1. DO OBJETO

Aquisição de materiais de consumo (blocos de anotações, bóton, caneta, garrafa plástica squeeze, marcador de pagina, medalha convencional, moeda comemorativa, pen drive, placa comemorativa personalizados), por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e especificações contidas neste Termo de Referência.

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

2.1. A Resolução CNJ n. 324/2020, de 30.06.2020, institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname.

* 1. Por força do art. 39 e seguintes da referida Resolução, a Coordenadoria Administrativa do Tribunal de Justiça encaminhou a minuta do ato normativo que deu origem à Resolução 10/2021/OE, que institui a Política de Gestão Documental e de Memória, estabelecendo diretrizes e procedimentos para a produção, gestão, preservação e acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais, físicos e híbridos e acervos bibliográfico, museológico, histórico e cultural, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
	2. Posteriormente, foi apresentada a minuta do ato normativo que originou a Resolução TJMT/OE n. 12/2022, que altera os artigos 2º, 5º, 6º e 7º da Resolução n. 06/2004-TJ, que cria o Memorial do Poder Judiciário Mato-grossense, fixa a sua competência e composição e dá outras providências.
	3. Em cumprimento ao art. 38 da Resolução TJMT/OE 10/2021, encaminhou-se a minuta do ato normativo que originou a Portaria n. 1167/2011-PRES, atualizada pela que Portaria n. 541/2023-PRES que dispõe sobre a composição, competência, atribuições e processos de trabalho da Comissão de Gestão de Memória.
	4. Com fundamento nessas normativas, os Membros da Comissão de Gestão de Memória lotados na Coordenadoria Administrativa, instituída pela Portaria n. 541/2023- PRES, encaminharam proposta do desenvolvimento do Projeto piloto de Gestão de Memória, a se iniciar com o mapeamento dos processos judiciais, objetos de valor histórico, artístico e cultural alocados nas unidades judiciárias e administrativas do PJMT, preferencialmente, as mais antigas, instaladas antes de 1950 (corte cronológico da Res. CNJ 324/2020), com o objetivo de fomentar pesquisa e conservação do patrimônio histórico, conforme descrito nos autos do Processo Administrativo n.

271/2019 - CIA n. 0074310-33.2019.8.11.0000 e, desde então, com a devida autorização da Presidência do Tribunal de Justiça, diversas ações atinentes à Gestão de Memória vem sendo implementadas no âmbito do PJMT, que podem ser acompanhadas no Portal da Memória do Poder Judiciário, no endereço eletrônico https://memorial.tjmt.jus.br/ ou pelo baner respectivo no site da Coordenadoria Administrativa, no endereço eletrônico https://coordenadoriaadministrativa.tjmt.jus.br/.

Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

* 1. Neste contexto e, com fundamento no art. 38 da Resolução CNJ n. 324/2020, foi apresentado o Projeto “150 anos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso”.
	2. De início, foram propostas a criação e divulgação de logomarca dos 150 anos do TJMT e a campanha de comunicação institucional dos 150 anos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com a aquisição, mediante Sistema de Registro de Preços, dos itens comemorativos conforme especificação e quantidades listadas na tabela 7.
	3. A adoção do Sistema de Registro de Preço se justifica em razão da necessidade de aquisição parcelada dos produtos, evitando acúmulo desnecessário de bens de consumo no Almoxarifado do Departamento de Material e Patrimônio, em observância a política de gestão de consumo instituída pela Instrução Normativa n. 05/2021-C.ADM.
1. NECESSIDADE A SER ATENDIDA:

Planeja atender as necessidades imediatas e futuras, por meio do Sistema de Registro de Preços, objetivando garantir a qualidade e quantidade, suficiente para abastecer as unidades de 1ª e 2ª Instâncias, preços vantajosos mantidos durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

PARTES INTERESSADAS/PÚBLICO ALVO:

|  |  |
| --- | --- |
| ÁREA REQUISITANTE | RESPONSÁVEL |
| DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – DIVISÃO DE ESTOQUE | WERMISON FERREIRA CÉSAR |

ÁREA REQUISITANTE RESPONSÁVEL DEPARTAMENTO DE MATERIAL E

PATRIMÔNIO – DIVISÃO DE ESTOQUE WERMISON FERREIRA CÉSAR

1.2. ALINHAMENTO ENTRE A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PJMT:

Consoante os macrodesafios descritos no Plano de Gestão 2021/2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso o alinhamento entre a necessidade da contratação e o planejamento estratégico se dará por meio da promoção da sustentabilidade e pelo aperfeiçoamento da gestão administrativa.

Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

1. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Futura e eventual contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo para atender todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso.

Faz-se necessário tal contração, por meio de Sistema de Registro de Preços, para aquisição de produtos de acordo com a demanda. Solução que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso sempre adotou e possui como beneficio possibilitar a reposição do estoque, de acordo com a necessidade, com vistas ao atendimento das demandas rotineiras das unidades solicitantes, as quais são suscetíveis à oscilações.

1. MODELO VIGENTE/HISTÓRICO DA AQUISIÇÃO

Os itens apresentados atende à demanda existente, já que a experiência adquirida ao longo da execução das inúmeras ARPs anteriores, dão conta que o registro de preços para contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo é a melhor opção levando-se em conta a experiência do setor.

* 1. CUSTO E BENEFÍCIO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Opções identificadas** | **Benefícios da opção** | **Desvantagens da opção** | **Custo ESTIMADO da solução** |
| (blocos de anotações, bóton, caneta, garrafa plástica squeeze, marcador de pagina, medalha convencional, moeda comemorativa, pen drive, placa comemorativa personalizado | Economicidade | Não há | **R$370.033,80** |

1. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Por se tratar de aquisição de materiais com necessidade de contratações frequentes, possibilidade de previsão de entregas parceladas de acordo com as demandas surgidas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, pela natureza de cada objeto, é possível definir exatamente seu quantitativo ao atendimento das demandas rotineiras das Unidades, as quais são suscetíveis a oscilações. Observa-se que o uso do Sistema de Registro de Preços - SRP para essas compras é mais utilizado pela Administração Pública.

.

Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

Referido SRP se mostra vantajoso por se tratar de cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante prévio processo de licitação, para eventual e futura contratação de bens e serviços por parte da Administração, onde esses fornecedores se comprometem a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos máximos licitados.

Além disso, a Administração Pública não será obrigada adquirir os bens registrados, ou seja, as compras somente ocorrerão se houver interesse do TJMT, mediante o surgimento das demandas.

Assim sendo, entende-se que por se tratar de aquisição comum a solução que melhor atende aos interesses e necessidades deste Poder Judiciário é a realização de procedimento licitatório para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço.

1. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

|  |
| --- |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER O PODER JUDICIÁRIO DE MATO GRSSO, CONFORME DESCRIÇÃO |
| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO |
| 1 | COTA PRINCIPALBloco de anotações personalizados (logomarca dos 150 anos) medindo 220 x 160 mm, total de páginas 200, sendo em capa dura de livro 4x4, página número 05 (Gestão2023/2024, colorida), as demais páginas todas 1 x 1 impressão preta – Papel Sulfite 75 gr, aspiral cor preta |
| 2 | COTA RESERVADA PARA ME/EPPBloco de anotações personalizados (logomarca dos 150 anos) medindo 220 x 160 mm, total de páginas 200, sendo em capa dura de livro 4x4, página número 05 (Gestão2023/2024, colorida), as demais páginas todas 1 x 1 impressão preta – Papel Sulfite 75 gr, aspiral cor preta |
| 3 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPBóton em metal personalizado, baixo relevo, banho dourado, prendedor borboleta(logomarca dos 150 anos) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO. |
| 4 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPCaneta esferográfica, material metal, aproximadamente 13cm, personalizada (logomarca dos 150 anos), Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso |
| 5 | COTA PRINCIPALGarrafa aço inoxidável tipo squeeze capacidade 500 ml com tampa de pressão, trava de segurança, acondicionamento de água , personalizada (logomarca dos 150 anos) do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. |
| 6 | COTA RESERVADA PARA ME/EPPGarrafa aço inoxidável tipo squeeze capacidade 500 ml com tampa de pressão, trava de segurança, acondicionamento de água , personalizada (logomarca dos 150 anos) do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. |

Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

|  |  |
| --- | --- |
| 7 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPMarcador de página 17X5,08cm, acabamento fosco hotstamp aplicado na logo (somente na frente) papel couchê 300gr, medida 17x5,08cm |
| 8 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPMEDALHA CONVENCIONAL - I. Anverso – Medalha convencional, de formato circular, tendo ao centro, em alto relevo, a figura da justiça, (Têmis) empunhando na sua mão direita a espada e na esquerda a balança. Também, em alto relevo, na metade superior do círculo, circundando a Deusa da Justiça, a inscrição – PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Na metade inferior, em alto relevo, segue-se a inscrição – TRIBUNAL DE JUSTIÇA. II. Reverso - Em alto relevo, na metade superior do círculo, centrada, a inscrição – MEDALHA DA JUSTIÇA, e, na metade inferior, a inscrição MATO GROSSO. III. Dimensão - A medalha da Justiça, cunhada em latão com banho de ouro, terá 40 mm de diâmetro e a borda em alto relevo com tamanho equivalente a 2 mm de espessura. A fita, em cor vermelha rubi e de seda chamalote, terá 35 mm de largura por 60 mm de altura. Ao centro segue-se uma listra de cor branca no sentido vertical com 5 mm de largura e altura correspondente ao tamanho da fita. Parágrafo Único - A medalha, acondicionada em estojo próprio e decor azul, será acompanhada da roseta e barreta nas mesmas cores da fita. |
| 9 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPMoeda comemorativa formato circular em liga metálica zamac, 3,5cm diâmetro, borda em alto relevo, espessura minima 3mm, peso 47gramas, acabamento envelhecido em ouro, parte superior TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, cento logomarca dos 150 anos TJMT, parte inferior SESQUICENTENÁRIO 1874 -2024, acompanhada de estojo próprio, berço para uma medalha, cor preta, acabamento interno em percaluz, externo veludo preto. |
| 10 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPPen Drive 8gb (giga) conectividade USB 2.0 personalizado (logomarca dos 150 anosdo Poder Judiciário de Mato Grosso. Prazo de Validade mínima 01 (um) ano da data de entrega. |
| 11 | EXCLUSIVO PARA ME/EPPPlaca comemorativa para fixação em prédio, evocatória à efeméride dimensão da placa 40cm x 60cm, vidro temperado 8mm 4 furos para prolongadores de aço escovado com diâmetro de 25 mm fundo em adesivo vinílico leitoso, letras em adesivo de recorte vinílico na cor azul marinho, fixado na face posterior da placa, texto em caixa alta, fonte Arial, tamanho proporcional à imagem, ressaindo o nome dos Estados em ordem constante do texto Decreto Imperial, Brasões do Império e da República em impressão policromático sobre vinílico com corte especial no formato dos brasões, tamanho proporcional à imagem, bandeiras dos 7 Estados policromáticas, alinhadas da esquerda para a direita na ordem dos Estados, tamanho proporcional à imagem.. |

1. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

De acordo com o art. 15, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993 “as compras, sempre que possível, deverão: (...) IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade”.

A exigência de parcelamento está prevista também no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993. Trata-se de assunto já sumulado pelo TCU (Súmula nº 247) e expresso na IN MPDG nº

5/2017, que, em seu art. 24, §1º, VIII e item 3.8 do Anexo III, ratifica a necessidade de justificar a existência ou não de parcelamento, ainda nos estudos técnicos preliminares.

Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

O objetivo da norma como veste nas legislações citadas, é ampliar a competitividade, sobretudo porque algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto (execução, fornecimento), mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame, caracterizando restrição à competição (Acórdão 18/2019 do TCE/MT).

Entretanto, a obrigatoriedade do parcelamento ou adjudicação por itens não é absoluta, pois a divisão do objeto, em alguns casos, pode prejudicar a autonomia de escala e gerar outros custos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de atas autônomas para atendimento da pretensão aquisição.

Sobre o assunto, o TCU já entendeu legítima a reunião de elementos de mesmas características quando a adjudicação de itens isolados onerar o trabalho da Administração Pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual, o que pode

comprometer a seleção da proposta mais vantajosa, conforme Acórdão 5.301/2013- TCU-2ª Câmara, Relator André Luís de Carvalho (peça 26, p. 5).

Assim sendo, para tal decisão (parcelamento ou não), a Equipe de Planejamento promoveu devida avaliação da divisibilidade, levando-se em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade (item 3.8, “b” do Anexo III da IN SEGES/MPDG n. 05, de 2017).

Para a pretensa aquisição, ainda que, em regra, o objeto da licitação deva ser adjudicado por item com o intuito inicial de ampliar o acesso e a competitividade, na contratação em questão não se verifica a viabilidade econômica para tal feito.

INDICADORES DE DESEMPENHO AQUISIÇÃO

A contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo se faz necessária, pois, como já explanado, irá atender à realidade de cada uma das 79 Comarcas do Estado e do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Gerando, com isso, a economicidade.

1. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Levando-se em conta a experiência do setor, a priori, não há riscos econômicos, pois a experiência adquirida ao longo da execução de inúmeros contratos anteriores dá conta que o registro de preços para contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo é a melhor opção.

No entanto, há possibilidade de riscos administrativos, quais sejam: licitação deserta e fracassada, atraso ou a não entrega do objeto por parte do fornecedor, pedido de reequilíbrio de preços e cancelamento da Ata de Registro de Preços.

1. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBAÇÃO DO CONTRATO.

A contratação está prevista no orçamento, portanto não depende de outros fatores para ser realizada.

1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO A vigência será de 12 (doze) meses
2. OUTRAS INFORMAÇÕES Sem informações adicionais
3. CONCLUSÃO DO GESTOR

Com base no exposto acima, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NOME | E-MAIL | RAMAL | UNIDADE |
| Wermison Cesar Ferreira | wermison.cesar@tjmt.jus.br | 3766 | DMP |
| Joilson Gonçalo de Amorim | joilson.amorim@tjmt.jus.br | 6200 | DMP |
| Marcia Cristina de M. Butakka | marcia.butakka@tjmt.jus.br | 6140 | DMP |

Cuiabá, 08 de agosto de 2023

Assinado de forma digital por JOILSON GONCALO DE

JOILSON GONCALO

DE AMORIM:6200

AMORIM:6200

Dados: 2023.08.08 12:50:04 -04'00'

Joilson Gonçalo de Amorim Chefe de Divisão de Estoque

Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

Marcia Cristina de Menezes Butakka

Gestor Administrativo 3

Wermison Ferreira César

Diretor do Departamento de Material e Patrimônio





Documento assinado digitalmente por: WERMISON FERREIRA CÉSAR,MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA,JOILSON GONÇALO DE AMORIM

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=77CD9BD3

**ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**